

<https://doi.org/10.18222/ae.v33.8681>

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: ARTIGOS ACADÊMICOS DE 1997 A 2018

 MARIA HELENA DE AGUIAR BRAVO^I

 RAISSA DE OLIVEIRA CHAPPAZ^{II}

 LUIS FELIPE SOARES SERRAO^{III}

 PAULO HENRIQUE ARCAS^{IV}

 OCIMAR MUNHOZ ALAVARSE^V

 CLÁUDIA OLIVEIRA PIMENTA^{VI}

^I Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, Brasil; mh.bravo@yahoo.com.br

^{II} Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, Brasil; issachappaz@yahoo.com.br

^{III} British Council, São Paulo-SP, Brasil; lferrao@gmail.com

^{IV} Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras-MG, Brasil; paulo.arcas@ufla.br

^V Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, Brasil; ocimar@usp.br

^{VI} Fundação Carlos Chagas (FCC), São Paulo-SP, Brasil; claudiapimenta68@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem o propósito de analisar resultados de levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos sobre avaliação educacional no Brasil, no período de 1997 a 2018, em periódicos classificados como A1, A2, B1 e B2 (Qualis Periódicos 2013-2016). Apresenta-se um breve panorama de estudos anteriores que efetuaram mapeamento de produções sobre o objeto em tela. Os resultados quantitativos e a análise do levantamento evidenciam possíveis tendências do campo, dentre as quais destaca-se um aumento substancial de produções a partir de meados dos anos 2000, mormente aquelas que tratam da avaliação em larga escala e, ainda, sobre diferentes dimensões da avaliação educacional, o que indica um caráter de consolidação desse campo do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO • AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA • POLÍTICAS EDUCACIONAIS.

Como citar: BRAVO, Maria Helena de Aguiar; CHAPPAZ, Raissa de Oliveira; SERRAO, Luis Felipe Soares; ARCAS, Paulo Henrique; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; PIMENTA, Cláudia Oliveira. Avaliação educacional no Brasil: artigos acadêmicos de 1997 a 2018. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 33, e08681, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18222/ae.v33.8681>

EVALUACIÓN EDUCACIONAL EN BRASIL: ARTÍCULOS ACADÉMICOS DEL 1997 AL 2018

RESUMEN

El presente artículo tiene el propósito de analizar resultados del levantamiento bibliográfico de artículos académicos sobre la evaluación educativa en Brasil, durante el periodo del 1997 al 2018, en revistas clasificadas como A1, A2, B1 y B2 (Qualis Periódicos 2013-2016). Presenta un breve panorama sobre estudios anteriores que efectuaron un mapeo de producciones sobre el objeto en estudio. Proporciona resultados cuantitativos y análisis del levantamiento realizado, de modo a poner en evidencia posibles tendencias del campo, entre las que se destaca un aumento sustancial de producciones desde mediados de los años 2000, sobre todo las que se ocupan de la evaluación a gran escala, así como de distintas dimensiones de la evaluación educacional, lo que indica un carácter de consolidación de dicho campo del conocimiento.

PALABRAS CLAVE EVALUACIÓN EDUCACIONAL • EVALUACIÓN A GRAN ESCALA • POLÍTICAS EDUCATIVAS.

EDUCATIONAL EVALUATION IN BRAZIL: ACADEMIC ARTICLES FROM 1997 TO 2018

ABSTRACT

This article aims to analyze the results and insights of a bibliographical survey of academic articles about educational evaluation published in Brazil, from 1997 to 2018, in journals classified as A1, A2, B1 and B2 (Qualis Periodicals 2013-2016). It presents a brief overview of similar studies, details the methodological approach and explores initial findings, highlighting trends in the field such as an increasing number of articles from mid-2000s onward, especially those dealing with large-scale assessment systems mainly those discussing different aspects of educational evaluation, which indicates a consolidation of educational evaluation of this field of knowledge.

KEYWORDS EDUCATIONAL EVALUATION • LARGE-SCALE EVALUATION • EDUCATIONAL POLICIES.

Recebido em: 19 MAIO 2021

Aprovado para publicação em: 24 AGOSTO 2022



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY-NC.

INTRODUÇÃO

Este artigo decorre do trabalho desenvolvido por pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (Gepave), da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP), que tem como um de seus objetos de estudo a análise das avaliações em larga escala. Tais avaliações ganharam proeminência no cenário das políticas educacionais nas últimas décadas, apresentadas por gestores educacionais como sendo capazes de auxiliar na tomada de decisões com vistas à melhoria da qualidade da educação escolar. Esse movimento aparece refletido no crescente volume de produção de conhecimento acadêmico, em diversas áreas, sobre essas avaliações, como indicado por Bauer e Reis (2013).

Como uma dimensão da avaliação educacional, as avaliações em larga escala alimentam um campo do conhecimento em contínua construção, cujas contribuições para a educação e, mais amplamente, para a sociedade necessitam ser identificadas e estudadas. Para Lüdke (2002), a avaliação se caracteriza como um campo do conhecimento científico repleto de contradições e conflitos, cuja identidade evoluiu de uma aproximação muito estreita com conceitos, recursos e técnicas da mensuração, para uma visão mais ampla e abrangente dos fenômenos educacionais, mas ainda não atingindo uma definição consensual de seu papel junto às escolas, seus professores e seus alunos.

Pode-se aventar a hipótese de que tais contradições e conflitos derivam do deslocamento da avaliação educacional de algo interno a salas de aula e escolas, onde tinha a função de mensurar as aprendizagens e regular fluxos, para avançar em direção a outros objetos que, tradicionalmente, estavam fora de seu escopo, tais como programas, políticas e profissionais, conforme apontado por Nevo (2006).

Em movimento similar, a produção acadêmica brasileira sobre avaliação educacional, intensificada a partir da década de 1980, passou da valorização do conhecimento sobre o funcionamento interno da escola, focada na análise de práticas e significados da avaliação da aprendizagem, como tratado por Borges e Rothen (2019), Saul (2010) e S. Sousa (1996), para, no início dos anos 2000, concentrar esforços de investigação de outros objetos. Tal produção ampliou o campo de estudos da avaliação educacional, como salientado por C. Sousa (2000), ao indicar um escopo de cinco dimensões da avaliação educacional: a avaliação de sala de aula, a avaliação institucional, a avaliação de currículos, a avaliação de programas educacionais e a avaliação de sistemas.

A visão sobre essa ampliação do campo da avaliação educacional é corroborada por Vianna (2005, p. 12), que identifica múltiplos polos, de modo que a avaliação educacional

[...] apresenta interesses diversificados, rompendo, assim, em parte, com sua concentração limitada ao rendimento escolar. Hoje, a avaliação é

uma área de múltiplos polos: sistemas, instituições, cursos, currículos, programas, materiais, professores e, por fim, alunos, nas suas dimensões cognitiva e não-cognitiva.

Nesse sentido, também reiteram Malavasi, Bertagna e Freitas (2006, p. 13) , ainda que com diferenças de classificação:

O campo da avaliação educacional vem se firmando no Brasil. Hoje abrange três áreas bem definidas, que envolvem a avaliação da aprendizagem no âmbito da sala de aula realizada pelo professor; a avaliação institucional realizada na esfera da escola com todos os seus principais atores; e a *avaliação de sistema ou redes de ensino*, de âmbito mais geral e que inclui a avaliação feita em sistemas municipais, estaduais e federais. (Grifo nosso).

Posteriormente, Freitas *et al.* (2009) destacaram a ênfase da avaliação de sistema ou redes de ensino sobre as demais, apontando a necessidade de: resgatar a relevância da avaliação da aprendizagem; pôr em destaque a avaliação institucional; e colocar ambas no mesmo nível da avaliação de sistema ou redes de ensino, para que elas interajam entre si a fim de avaliarem a qualidade educacional. Nevo (2010) pontuou a necessidade de reconciliação similar entre as áreas da avaliação educacional.

Sousa e Oliveira (2010), entre outros, sublinharam a centralidade, ora consolidada, da avaliação do desempenho dos estudantes em testes padronizados, elaborados e aplicados pelo governo federal, no caso do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ou por secretarias estaduais e municipais de educação, para as diversas iniciativas subnacionais.

Por diferentes pontos de partida e com diferentes escopos teórico-metodológicos, estudiosos se debruçaram sobre o surgimento de iniciativas estaduais de avaliações em larga escala a partir de meados dos anos 1990 e de sua proliferação, com avaliações municipais, na década seguinte. Tal movimento, com fortes evidências, foi impulsionado pelas políticas educacionais em favor de mecanismos de monitoramento e avaliação – com a Prova Brasil, em 2005, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007 –, articuladas a práticas, em nível federal, de indução de comportamento e de *accountability* dos demais governos subnacionais, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), ambos lançados em 2007.

Estudos, numa evolução cronológica, como os de Lopes (2007), Brooke, Cunha e Faleiros (2011), Oliveira (2015), Horta Neto, Junqueira e Oliveira (2016) e Perboni (2016) registraram esse fenômeno e analisaram comparativamente suas principais características e o modo como os dados gerados pelas avaliações foram utilizados em seus diferentes contextos e para diferentes fins.

De maneira complementar, em obras que tratam da temática das avaliações em larga escala de modo mais geral, também se encontram particularidades sobre

iniciativas estaduais em Sousa e Oliveira (2010), Bauer (2012), Machado, Alavarse e Arcas (2015), Chappaz (2018) e Arcas *et al.* (2019), e sobre iniciativas municipais em Sousa, Pimenta e Machado (2012), Bauer *et al.* (2015), Chappaz (2015) e Bauer e Horta Neto (2018), nas quais joga-se luz sobre o papel dessas avaliações dentro da composição da política educacional local.

Na intenção de ampliar o conhecimento sobre o campo de pesquisa em avaliação educacional no Brasil, para além das avaliações em larga escala e na perspectiva de abranger diferentes dimensões avaliativas, de modo a elucidar possíveis tendências de estudos sobre o campo, o presente artigo buscou levantar e organizar a produção científica sobre esse objeto publicada em periódicos científicos da área de educação no período de 1997 a 2018.

O intuito não é só quantificar e identificar os estudos, mas, também, localizar as produções relativas ao tema à luz da literatura acadêmica do próprio campo da avaliação educacional. O levantamento considerou periódicos classificados como A1, A2, B1 e B2 (Qualis Periódicos 2013-2016) e foi organizado em formato de base de dados. Os resultados e a análise são apresentados e discutidos ao longo do texto.

Este é um artigo eminentemente descritivo-analítico e, para tanto, está estruturado em quatro seções, além dessa introdução. Inicialmente, apresenta-se um breve panorama de estudos que precederam a pesquisa tratada neste artigo e que se propuseram a mapear a produção sobre avaliação educacional, de modo a fornecer uma síntese desse conjunto com base em seus recortes temporais, tipo de produção analisada e enfoques utilizados. A segunda seção explicita os aspectos e as escolhas metodológicas da pesquisa desenvolvida. Na sequência, abordam-se os resultados quantitativos e realiza-se a análise do levantamento realizado. Por fim, a última seção está dedicada às considerações finais.

BREVE PANORAMA DE ESTUDOS ANTERIORES SOBRE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

À medida que os estudos da área de avaliação educacional se proliferaram, levantamentos bibliográficos, estados da arte ou estados do conhecimento passaram também a ser desenvolvidos com o propósito de recensear, caracterizar e analisar essa produção. Nesse sentido, cabe demarcar – o que acabou por constituir uma das reflexões metodológicas deste trabalho – a própria definição e delimitação do que é um estado da arte, uma vez que a realização do levantamento bibliográfico de produções científicas pode ser denominada de diversas formas.

“Estado da arte” ou “estado do conhecimento”, “estado da questão”, “revisão de literatura” e até mesmo “inventário” são nomenclaturas recorrentes na produção acadêmica. Esses levantamentos, ainda que por meio de metodologias distintas,

têm em comum o desafio de discutir determinado recorte dessa produção em um campo de conhecimento, na busca por aspectos e dimensões temáticas que vêm sendo abordados pelos pesquisadores.

As pesquisas denominadas “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, como o estudo ora apresentado, de forma geral utilizam como fonte de pesquisa os catálogos com dados bibliográficos e resumos dos trabalhos produzidos na academia para realizar uma possível organização da produção de determinada área do conhecimento. Tais pesquisas também são compreendidas, segundo Ferreira (2002, p. 258), como “metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais, em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado”.

Ferreira (2002) ressalta, ainda, que trabalhar com resumos e catálogos implica dois momentos distintos. O primeiro é aquele em que há interação com a produção acadêmica por meio da quantificação e da identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear a produção em um período delimitado, em anos, locais e áreas de produção. O segundo momento é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, desvelando tendências, ênfases, pressupostos, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si. Nesse caso, deve-se buscar responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a “o quê” e “o como” dos trabalhos (FERREIRA, 2002, p. 266).

É nesse segundo contexto que estão os estudos analisados nesse tópico, com o propósito de evidenciar tendências existentes na produção acadêmica do campo da avaliação educacional. Sem o intuito de realizar um arrolamento exaustivo, foram identificados 15 trabalhos¹ que buscaram mapear e analisar a produção do tema em tela, sendo constituída de 12 artigos científicos, uma tese de doutorado, um relatório de pesquisa e um trabalho publicado nos Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (Anped).²

Publicadas nas décadas de 1990, 2000 e 2010, é possível identificar que mais da metade das produções que mapearam estudos voltados para a avaliação educacional (um total de nove) são datadas do período de 2010 a 2019 e apenas duas foram publicadas no início dos anos 2000 – sendo uma em 2001 e outra em 2005. O segundo

1 A dissertação de Mariângela Camba de Almeida, intitulada “As políticas públicas de avaliação: análise da produção acadêmica em periódicos nacionais 1995-2001”, não foi localizada *on-line* e, portanto, não compõe o conjunto de estudos tratados neste item.

2 Foram identificados três artigos que se propuseram a analisar estudos que realizaram levantamentos sobre a temática da avaliação educacional. Contudo, como esses trabalhos tomam por base os estudos que já se encontram entre as 15 produções selecionadas, não serão aqui incluídos, dados os limites deste artigo. São eles: Barretto *et al.* (2001); Calderón e Borges (2013); e Calderón e Poltronieri (2013).

maior volume de produções, no total de quatro, está compreendido na década de 1990, com uma em 1992, duas em 1995 e uma em 1996. Por sua vez, quando analisados os recortes temporais dos estudos abarcados por essa produção, verifica-se uma cobertura dos anos 1930 até 2014, com diversos períodos sobrepostos. Tais estudos examinaram teses, dissertações, artigos científicos, livros, capítulos de livros, relatórios de pesquisa, trabalhos publicados em anais de eventos da área educacional e documentos oficiais, como evidenciado no Quadro 1.

QUADRO 1 - Recorte temporal, ano de publicação, autoria, tipo de produção analisada e enfoques evidenciados pelos estudos (1930-2018)

RECORTE TEMPORAL ANALISADO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORIA	TIPO DE PRODUÇÃO ANALISADA	ENFOQUES TRATADOS
1930-1980	1995	Sousa, S.	1930 a 1970: estudos que se voltam para a evolução da pesquisa educacional no Brasil; 1980: teses e dissertações	1. Avaliação da aprendizagem
1971-1991	1992	Vianna	Artigos (1 periódico)	1. Acesso à universidade 2. Cursos e programas 3. Material instrucional 4. Observação - interação aluno-professor 5. 2º grau e educação de adultos 6. Treinamento e formação de educadores 7. Instrumentos de medidas e objetivos instrucionais 8. Aprovação, reprovação e evasão 9. Desempenho linguístico 10. Rendimento escolar 11. Problemas metodológicos
1972-2003	2005	Sousa, S.	10 livros; 18 capítulos de livros; 163 artigos (distribuídos em 7 periódicos); 64 relatórios técnicos de pesquisa; 3 teses; 1 dissertação	1. Avaliação de rendimento escolar 2. Avaliação de sistemas educacionais 3. Avaliação de projetos, programas e políticas educacionais 4. Questões metodológicas e conceituais da avaliação 5. Avaliação da aprendizagem 6. Avaliação de material instrucional
1980-1989	2019	Borges e Rothen	6 capítulos de livros; 7 documentos oficiais; 9 publicações em anais de eventos; 65 livros; 252 artigos (8 periódicos); 244 dissertações; e 12 teses	1. Avaliação na perspectiva de resultados (especialmente com estudos quantitativos sobre o rendimento escolar, mensurados por meio de testes) 2. Avaliação na perspectiva de processo (especialmente com estudos qualitativos, que analisam a literatura da avaliação e propõem metodologias para a avaliação educacional)
1980-1990	1996	Sousa, S.	Teses e dissertações	1. Avaliação da aprendizagem

(continua)

(continuação)

RECORTE TEMPORAL ANALISADO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORIA	TIPO DE PRODUÇÃO ANALISADA	ENFOQUES TRATADOS
1980-1992	1995	Candau e Oswald	Artigos (11 periódicos)	1. Questões conceituais e metodológicas da avaliação 2. Estudos que relacionam desempenho escolar e organização/estrutura da escola 3. Aspectos pedagógicos e técnicos da avaliação 4. Outros
1987-2010	2012	Bauer	Teses e dissertações	1. Avaliação de sistemas educacionais
1988-2011	2013	Bauer e Reis	Teses e dissertações	1. Avaliação de sistemas educacionais
1990-1998	2001	Barretto e Pinto	Artigos (9 periódicos); Série Ideias	1. Saeb 2. Estudos anteriores à implantação de avaliação de monitoramento no Brasil 3. Sistemas de avaliação do rendimento escolar 4. Referenciais teóricos e metodológicos da avaliação 5. Análise de elementos/referências que repercutem na prática da avaliação 6. Análise de resultados de estudos empíricos sobre as práticas docentes, aprendizagens de alunos, representações, concepções e/ou opiniões da comunidade escolar sobre avaliação 7. Avaliação de programas e políticas educacionais
1990-2010	2012	Poltronieri e Calderón	Artigos (1 periódico)	1. Avaliação da aprendizagem 2. Avaliação de sistemas educacionais 3. Avaliação institucional
1993-2008	2011	Borges e Calderón	Artigos (1 periódico)	1. Avaliação da aprendizagem 2. Avaliação de sistemas educacionais 3. Avaliação institucional
1999-2008	2013	Calderón e Borges	Artigos (1 periódico)	1. Avaliação de instituições escolares 2. Qualidade e avaliação 3. Formação docente e avaliação 4. Avaliação de programas e projetos educacionais 5. Instrumentos para avaliação 6. Práticas pedagógicas e avaliação 7. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 8. Saeb
2000-2007	2010	Uler	Teses e dissertações	1. Avaliação da aprendizagem
2000-2008	2012	Martins e Sousa	Teses, dissertações e trabalhos publicados em anais da Anped e da Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação)	1. Avaliação e gestão de escolas e sistemas educacionais
2010-2014	2017	Boldarine, Barbosa e Annibal	Artigos (11 periódicos)	1. Avaliação da aprendizagem

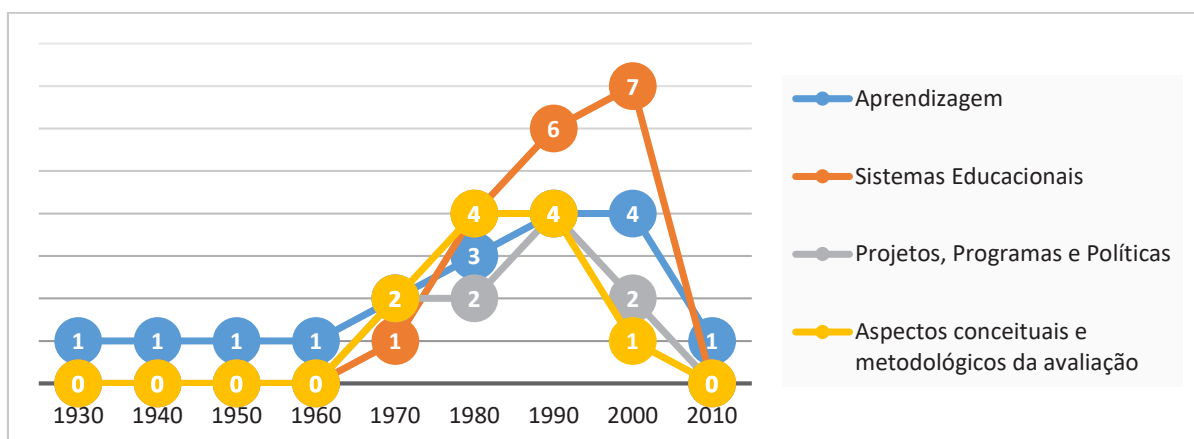
Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Sobre os enfoques tratados, observa-se a discussão em torno de diferentes dimensões avaliativas, de temas relacionados à avaliação, tais como aprovação, reprovação e evasão, e sobre questões conceituais e metodológicas da avaliação. Todavia, registra-se a recorrência de parte dos enfoques ao longo do período tratado nesta literatura (1930-2014), quais sejam: avaliação da aprendizagem; avaliação de sistemas educacionais; avaliação de projetos; programas e políticas educacionais; e questões conceituais e/ou metodológicas da avaliação.

No que se refere à nomenclatura indicada nos textos, cabe demarcar, contudo, que ela nem sempre designa o mesmo conteúdo/objeto analisado. Por exemplo, ao observar o Quadro 1 é possível identificar a expressão “rendimento escolar” sendo utilizada pelos diferentes estudos. Em alguns casos, considerou-se tal expressão como sinônimo de avaliação de sistemas educacionais. Entretanto, quando utilizada por S. Sousa (2005) e Vianna (1992), ela estava designando a avaliação dos estudantes no âmbito da escola, para fins de aprovação ou reprovação e com foco na medida educacional, sem considerar uma perspectiva de processo que diz respeito ao uso feito da expressão avaliação da aprendizagem.

No que tange aos enfoques mais recorrentes nas produções, é possível observar que a avaliação da aprendizagem é abordada em todas as décadas de 1970 a 2010. Já os estudos sobre as avaliações em larga escala estaduais começam a aparecer nos anos 1970, tendo seu ápice nas décadas de 1990 e 2000. Em relação à avaliação de projetos, programas e políticas educacionais, as produções se restringem a quatro décadas – 1970, 1980, 1990, 2000 – enquanto os aspectos conceituais e metodológicos da avaliação concentram o maior número de produções nas décadas de 1980 e 1990, conforme explicitado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - Número de produções segundo o enfoque/dimensão avaliativa (1930-2010)



Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Em relação a esses estudos, o levantamento realizado pela pesquisa apresentada neste artigo, além de contemplar recortes temporais já tratados por outros estudos, abrange período ainda não examinado pela literatura aqui discutida – de 2015 a 2018 – e amplia o número de periódicos analisados, objetivando contribuir com o avanço do conhecimento no campo da avaliação educacional.

DELIMITAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE ARTIGOS ACADÊMICOS SOBRE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

O levantamento bibliográfico foi realizado ao longo do segundo semestre de 2018 e em 2019, em periódicos classificados como A1, A2, B1 e B2 pelo critério Qualis 2013-2016. Na listagem disponível na Plataforma Sucupira, para o referido quadriênio, optou-se pelo trabalho com revistas nacionais, especializadas em educação e, mais especificamente, com uma linha editorial aberta à temática da avaliação educacional, contando com publicações que têm como objeto diferentes dimensões da avaliação educacional.

Realizado exclusivamente em meio eletrônico, o levantamento cobriu o período de 1997 a 2018, com o intuito de abranger estudos produzidos sobre a temática da avaliação de sistemas educacionais e políticas de avaliação no Brasil, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 9394 (BRASIL, 1996) – até os dias atuais. De modo a afinar os critérios de filtragem de artigos, foi realizada uma análise preliminar, adotando como encaminhamento a manutenção de artigos com foco em temáticas relacionadas à avaliação na/da educação básica.

Foram utilizados 24 termos de busca selecionados para abranger as diferentes dimensões destacadas pela literatura do campo (MALAVASI; BERTAGNA; FREITAS, 2006; SOUSA, C., 2000; VIANNA, 2005), bem como para dialogar com os termos utilizados pelos estudos analisados no tópico anterior, como se segue: avaliação educacional; avaliação escolar; avaliação da aprendizagem; avaliação da educação infantil; avaliação da gestão escolar; avaliação dos gestores escolares; avaliação de desempenho; avaliação de sistemas educacionais; avaliação do currículo; avaliação do docente; avaliação do rendimento escolar; avaliação em larga escala; avaliação e regime de colaboração; avaliação externa; avaliação institucional; educação infantil e avaliação; gestão e avaliação; política de avaliação; sistema de avaliação da educação; uso(s) do(s) resultado(s) da avaliação; Prova Brasil; Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A extensão dos termos de busca selecionados para o levantamento também está relacionada à não unicidade observada entre os trabalhos acadêmicos no que

tange à nomenclatura utilizada para referenciar as avaliações em larga escala – chamadas de avaliação de sistemas, avaliação externa, avaliação de rendimento, entre outros termos que aparecem nos resumos como sinônimos, embora não o sejam (BAUER, 2012).

Inicialmente foram utilizados os termos completos e de forma exata, com o uso de aspas, diretamente nos *sites* dos periódicos analisados, com o mecanismo de busca próprio disponível. Ao observar que muitos trabalhos publicados não eram recuperados, optou-se por expandir a busca pelos termos sem aspas e, caso necessário, com o uso de *AND*, quando este não era implícito. É importante destacar que com esse procedimento houve a recorrência de um mesmo artigo em diferentes listagens de termos de busca, o que demandou cuidado redobrado na incorporação dos itens pesquisados e um longo trabalho de consolidação do banco de dados criado. Após a adoção dos critérios elencados, obteve-se um total de 1.100 artigos, distribuídos em 58 periódicos.

O próximo tópico abordará os dados quantitativos do levantamento de artigos acadêmicos sobre avaliação educacional no Brasil, de 1997 a 2018, e enquadra-se no primeiro momento de um levantamento bibliográfico, como descrito por Ferreira (2002).

RESULTADOS E ANÁLISE DO LEVANTAMENTO QUANTITATIVO

A análise do material levantado indica uma dispersão de estudos sobre avaliação educacional e suas dimensões em revistas classificadas em diferentes estratos Qualis, como se constata na Tabela 1.

TABELA 1 - Periódicos e artigos segundo a classificação Qualis (1997-2018)

QUALIS	PERIÓDICOS		ARTIGOS	
	N	%	N	%
A1	13	22	269	24
A2	14	24	439	40
B1	20	34	296	27
B2	11	19	96	9
Total	58	100	1.100	100

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

No que tange aos periódicos e sua classificação Qualis, observa-se na Tabela 1 maior número daqueles relacionados à temática da avaliação educacional na classificação B1, com um total de 20 periódicos. Os demais se distribuem entre A1, A2 e B2 com, praticamente, o mesmo percentual.

Com relação ao número de artigos por estrato Qualis, em A1 destaca-se a revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, com 57 artigos selecionados neste

estudo. Na sequência, com maior número de publicações estão a revista *Educação e Pesquisa*, com 33 artigos, a revista *Educação & Sociedade*, com 31 artigos, e a revista *Cadernos de Pesquisa*, com 30 artigos, como evidenciado na Tabela 2.

TABELA 2 - Periódicos no estrato Qualis A1 e artigos selecionados (1997-2018)

TÍTULO DO PERIÓDICO	NÚMERO DE ARTIGOS
<i>Cadernos Cedes</i> (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp)	10
<i>Cadernos de Pesquisa</i> (Fundação Carlos Chagas; <i>on-line</i>)	30
<i>Educação & Sociedade</i>	31
<i>Educação e Pesquisa</i> (Universidade de São Paulo - USP)	33
<i>Educação e Realidade</i> (edição eletrônica)	11
<i>Educação em Revista</i> (Universidade Federal de Minas Gearis - UFMG; <i>on-line</i>)	9
<i>Educação</i> (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; <i>on-line</i>)	9
<i>Educação Temática Digital</i>	8
<i>Educar em Revista</i>	17
<i>Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação</i>	57
<i>Paidéia</i> (USP. Ribeirão Preto; impresso)	28
<i>Pró-Posições</i> (Unicamp; <i>on-line</i>)	8
<i>Revista Brasileira de Educação</i>	18
Total	269

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

No estrato Qualis A2, chama atenção a revista *Estudos em Avaliação Educacional* (EAE), que teve expressivos 247 artigos selecionados. Em seguida, com cerca de 11% do total da EAE, aparecem as revistas *Práxis Educativa* e a *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, ambas com 29 artigos selecionados cada, e na posição mais próxima, com 21 artigos, está a *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. As demais 10 publicações Qualis A2 podem ser organizadas em dois blocos iguais: o primeiro com 5 revistas que tiveram de 15 a 17 artigos selecionados e o segundo com 5 revistas com 3 a 10 artigos, como apresentado na Tabela 3.

TABELA 3 - Periódicos no estrato Qualis A2 e artigos selecionados (1997-2018)

TÍTULO DO PERIÓDICO	NÚMERO DE ARTIGOS
<i>Eccos Revista Científica</i> (<i>on-line</i>)	15
<i>Educação</i> (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS)	10
<i>Educação Unisinos</i> (<i>on-line</i>)	5
<i>Estudos Avançados</i> (<i>on-line</i>)	3
<i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (<i>on-line</i>)	247
<i>Perspectiva</i> (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; <i>on-line</i>)	7
<i>Práxis Educativa</i> (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; <i>on-line</i>)	29

(*continua*)

(continuação)

TÍTULO DO PERIÓDICO	NÚMERO DE ARTIGOS
<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i> (RBEP) (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep)	16
<i>Revista Brasileira de Política e Administração da Educação</i>	29
<i>Revista de Educação Pública</i> (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT)	9
<i>Revista Diálogo Educacional</i> (Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR)	16
<i>Revista e-Curriculum</i> (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP)	17
<i>Revista Educação em Questão</i> (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; on-line)	15
<i>Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação</i>	21
Total	439

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Com relação ao estrato Qualis B1, destaca-se a revista *Educação, Teoria e Prática* (Rio Claro), com 37 artigos, seguida dos periódicos *Revista de Educação da PUC-Campinas*, com 31 artigos, e *Retratos da Escola*, com 30 artigos, como aparece na Tabela 4.

TABELA 4 - Periódicos no estrato Qualis B1 e artigos selecionados (1997-2018)

TÍTULO DO PERIÓDICO	NÚMERO DE ARTIGOS
<i>Atos de Pesquisa em Educação</i> (Fundação Universidade Regional de Blumenau - Furb)	3
<i>Cadernos de Educação</i> (Universidade Federal de Pelotas - UFPel)	8
<i>Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional</i> (Curitiba; on-line)	8
<i>Caleidoscópio</i> (on-line)	3
<i>Educação em Foco</i> (Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG)	9
<i>Educação em Foco</i> (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)	2
<i>Educação em Perspectiva</i>	5
<i>Educação: Teoria e Prática</i> (Rio Claro)	37
<i>Educativa</i> (Goiânia; on-line)	6
<i>Em Aberto</i> (Inep)	22
<i>Inter-Ação</i> (Universidade Federal de Goiás - UFG; on-line)	6
<i>Jornal de Políticas Educacionais</i>	27
<i>Linhas Críticas</i> (on-line)	22
<i>Meta: Avaliação</i>	15
<i>Revista Práxis Educacional</i> (on-line)	5
<i>Retratos da Escola</i>	30
<i>Revista de Educação</i> PUC-Campinas (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)	31
<i>Revista Eletrônica de Educação</i> (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)	19
<i>Roteiro</i>	21
<i>Série-Estudos</i>	17
Total	296

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

No último estrato, Qualis B2, evidencia-se a *Revista Online de Política e Gestão Educacional* (Unesp) com 21 artigos, como exposto na Tabela 5.

TABELA 5 - Periódicos no estrato Qualis B2 e artigos selecionados (1997-2018)

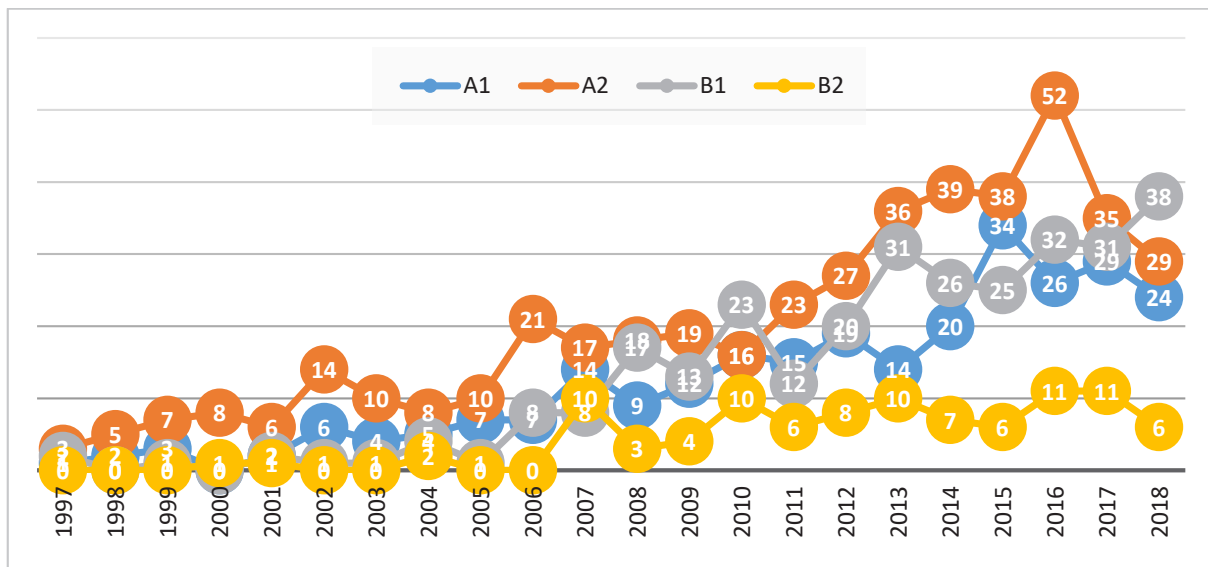
TÍTULO DO PERIÓDICO	NÚMERO DE ARTIGOS
<i>Contrapontos (on-line)</i>	11
<i>Educação em Revista</i> (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp. Marília)	8
<i>Educere & Educare Revista de Educação</i>	13
<i>Planejamento e Políticas Públicas</i>	6
<i>Poiésis - Revista do PPG em Educação</i> (Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul)	5
<i>Revista Contemporânea de Educação</i>	7
<i>Revista da Faced - Entreideias</i> (Universidade Federal da Bahia - UFBA; <i>on-line</i>)	5
<i>Revista de Administração Pública</i> (impresso)	6
<i>Revista Pedagógica</i> (Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó; <i>on-line</i>)	7
<i>Teoria e Prática da Educação (on-line)</i>	7
<i>Revista Online de Política e Gestão Educacional</i> (Unesp)	21
Total	96

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

No tocante à distribuição dos artigos por ano, observa-se um incremento no número de produções, sendo que de 1997 a 2005 houve um total de 117 artigos, chegando, nos cinco anos seguintes, de 2006 a 2011, a 301. De 2012 a 2018, outros 684 artigos foram publicados. Para além do crescimento expressivo, em termos gerais, chama atenção a tendência de publicação nas revistas classificadas em B1, saltando de 12 para 81, e, posteriormente, 203 artigos no mesmo intervalo temporal, como representado no Gráfico 2.

Uma das hipóteses explicativas para esse movimento decorre da proliferação de avaliações especialmente em âmbito municipal a partir do estabelecimento da Prova Brasil em 2005 e do Ideb em 2007, como exposto anteriormente, e das discussões suscitadas por tais políticas, que passaram a constar na agenda temática dos pesquisadores com maior intensidade.

Também se observa, com relação ao número de artigos por estrato Qualis, que o maior crescimento de publicações se apresenta em periódicos A2, sendo que o número de artigos em B2 é estável ao longo do tempo, como se registra no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Número de artigos por ano, segundo o estrato Qualis (1997-2018)

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Identifica-se maior concentração de periódicos e artigos com a temática da avaliação educacional nas regiões Sudeste, com 27 periódicos e 712 artigos, Sul, com 19 e 229, e Centro-Oeste, com 9 e 134.³ Deve-se destacar, ainda, que os artigos selecionados podem tanto ter sido escritos por pesquisadores de outras regiões, como tratar de redes e/ou experiências diversas, de outras localidades, que não seja a de origem do autor. Também se ressalta que os critérios de inclusão e exclusão de revistas e artigos – previamente estabelecidos – podem ter incidido sobre o número de revistas e artigos selecionados para a região Nordeste, com 3 periódicos e 25 artigos, e a não existência de revistas selecionadas para a região Norte. Vale destacar que tais dados reforçam a histórica concentração tanto de programas de pós-graduação e centros de pesquisa nas regiões Sul e Sudeste,⁴ quanto de revistas científicas, como identificado no estudo de Poltronieri e Calderón (2012).

Os termos de busca que contemplam, de forma mais abrangente, a temática da avaliação, ou seja, *avaliação educacional* e *avaliação escolar*, revelaram grande diversidade de trabalhos encontrados, tanto com o termo exato quanto de forma ampliada (ou seja, utilizando AND). No caso de *avaliação educacional*, com o termo exato foram encontrados 156 trabalhos, mas, quando a busca foi realizada utilizando *avaliação AND educacional*, o número de trabalhos mais que duplicou (378). O termo exato *avaliação escolar* revelou 72 trabalhos, número quase quintuplicado quando se

3 Para saber mais sobre as regiões brasileiras, acesse: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 28 maio 2022.

4 Esse dado pode ser encontrado no Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/#>. Acesso em: 18 de nov. 2020.

utilizou o *AND* (348). Comportamento similar foi observado com o termo de busca *avaliação da aprendizagem*, como exibido na Tabela 6.

TABELA 6 - Número de artigos, segundo a forma do termo de busca (1997-2018)

TERMO	EXATO	AND
Avaliação educacional	156	378
Avaliação da aprendizagem	146	252
Prova Brasil	88	-
Avaliação externa	80	98
Avaliação escolar	72	348
Avaliação institucional	70	73
Avaliação em larga escala	64	65
Avaliação de desempenho	59	196
Sistema de avaliação da educação	39	73
Sistema de Avaliação da Educação Básica / Saeb	37	96
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ideb	37	90
Gestão e avaliação	34	136
Exame Nacional do Ensino Médio / Enem	30	66
Política de avaliação	28	167
Avaliação do currículo	26	89
Avaliação da educação infantil	25	54
Avaliação do docente	24	166
Avaliação do rendimento escolar	19	57
Avaliação da gestão escolar	17	65
Avaliação de sistemas educacionais	15	63
Educação infantil e avaliação	12	55
Uso(s) do(s) resultado(s) da avaliação	3	13
Avaliação dos gestores escolares	1	26
Avaliação e regime de colaboração	0	16

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

Corroborando o reconhecimento exposto na introdução deste artigo, de crescente fortalecimento do campo da avaliação educacional e de sua diversificação interna, temos a identificação de um grande número de trabalhos que utilizam os termos de busca *avaliação educacional* e *avaliação escolar*, sendo, normalmente, utilizados como palavras-chave em muitas pesquisas que se ocupam de alguma dimensão da avaliação, mas também servindo para se diferenciar de pesquisas que utilizam a avaliação em outro campo do conhecimento, isto é, que não seja o educacional ou escolar.

Já o termo de busca *avaliação da aprendizagem* (146 estudos para o termo exato e 252 para o termo com *AND*) remete a uma dimensão específica do campo da avaliação educacional, sendo que o grande número de trabalhos identificados com esse termo específico pode ser compreendido pelo fato de parte considerável das

pesquisas ter se ocupado em refletir sobre a avaliação realizada na sala de aula, que tem os docentes como sujeitos e a aprendizagem dos estudantes como objeto, sentido costumeiramente atribuído a essa dimensão da avaliação educacional.

O termo de busca *avaliação do rendimento escolar*,⁵ historicamente relacionado à avaliação da aprendizagem, evidenciou um número menor de trabalhos identificados com o termo exato (19), mais do que duplicando quando se utilizou o *AND*. Uma hipótese sobre esse movimento é a de que o pouco uso do rendimento escolar como algo relacionado à avaliação talvez decorra da influência crescente da função formativa da avaliação, presente nos documentos oficiais, na legislação e no discurso pedagógico, afastando a ideia da avaliação como “rendimento”, mais vinculada a uma perspectiva da avaliação como classificação e se aproximando mais de uma função somativa.

As expressões *avaliação externa*, *avaliação em larga escala* e *avaliação de desempenho* são praticamente utilizadas como sinônimas em muitas das pesquisas e estudos que abordam essa dimensão, tomando como parâmetro a definição de C. Sousa (2000). Foram encontrados 80 trabalhos com o termo de busca *avaliação externa*, 64 com *avaliação em larga escala* e 59 com *avaliação de desempenho*, em diferentes revistas.

Com o termo de busca *Prova Brasil*, que também remete à ideia de avaliação de desempenho, externa e em larga escala, por compor o Saeb, foram localizadas 88 pesquisas. Já as buscas realizadas utilizando esses termos com *AND* não ofereceram resultados significativos, como ocorreu com os termos de busca *avaliação educacional* e *avaliação escolar*.

Quando foram empregados termos de busca mais específicos, vinculados à dimensão avaliação de sistemas educacionais, como *Sistema de Avaliação da Educação Básica/Saeb*, *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Ideb*, *Exame Nacional do Ensino Médio/Enem* e com o termo de busca específico *Sistema de Avaliação da Educação*, encontrou-se com os termos exatos um número menos expressivo de trabalhos (37, 37, 30 e 39, respectivamente); porém, quando a busca foi realizada com *AND*, os resultados para esses termos de busca ultrapassaram o dobro, à exceção de *Sistema de Avaliação da Educação*.

A presença de trabalhos com diversidade encontrados sob o termo de busca *avaliação de sistemas educacionais* (15) em sua forma ampliada (63) reafirma a centralidade que tal dimensão adquiriu na política educacional brasileira, nos últimos anos, com incidência sobre escolas e sobre o trabalho pedagógico. Vale lembrar que os usos dos resultados dessas avaliações as tornaram objeto de preocupação de atores intra e extraescolares, assim como a divulgação dos resultados pela mídia, a

5 Neste artigo não se problematizam as taxas de rendimento escolar – aprovação, reprovação e abandono.

criação de *rankings*, além de outras consequências para professores, escolas e sistemas, imputando a essa dimensão da avaliação grande interesse por parte dos pesquisadores, o que explica a frequência das publicações encontradas.

Com os termos de busca *políticas de avaliação* e *uso(s) do(s) resultado(s) da avaliação*, que também se articulam à dimensão da avaliação de sistemas educacionais, observaram-se um comportamento similar para o primeiro e outro totalmente oposto para o segundo. Para o termo *políticas de avaliação* foram encontrados 28 trabalhos, número que quintuplicou quando se fez uso do *AND* na busca. Quanto a *uso(s) do(s) resultado(s) da avaliação*, poucos trabalhos foram identificados (3), fato que evidencia a necessidade de uma análise mais acurada do conjunto de dados levantados com termos de busca vinculados à dimensão *sistemas de avaliação*, pois muitos trabalhos podem ter como foco os usos dos resultados das avaliações externas em larga escala de desempenho, sem, entretanto, terem indicado como palavras-chave ou utilizado nos resumos a expressão *uso(s) do(s) resultado(s) da avaliação*.

Foram identificados, com os termos exatos, 34 trabalhos sobre *gestão e avaliação* e apenas 17 com o termo *avaliação da gestão escolar*. A busca realizada com *AND* trouxe um número maior de trabalhos, porém, ainda assim, comparando com outros termos de busca, nota-se que as pesquisas não têm enfatizado essa relação entre gestão e avaliação, o que é algo que necessita ser mais bem analisado a partir dos dados que foram coletados.

No que se refere à dimensão da *avaliação do currículo*, a busca com esse termo também trouxe um número relativamente pequeno de trabalhos, tanto com o termo exato como com *AND* (26 e 89, respectivamente), porém considera-se que em estudos relacionados à dimensão da avaliação de sistemas educacionais, apesar de não ser central, o currículo termina sendo abordado, dado o fato de as avaliações externas em larga escala enfocarem, principalmente, o desempenho de estudantes em algumas competências. Contudo, publicações sobre avaliações que tomam o currículo como objeto específico foram menos encontradas.

Uma dimensão da avaliação educacional que vem crescendo nos últimos anos é a da avaliação institucional. Na década de 1990, houve um grande impulso dessa dimensão avaliativa no âmbito da educação superior, porém a avaliação institucional na educação básica, até o início da última década, não recebia muita atenção. A partir da promulgação da LDB (BRASIL, 1996) e da elaboração do material *Indicadores da Qualidade na Educação*, principalmente para o ensino fundamental (AÇÃO EDUCATIVA *et al.*, 2004) e para a educação infantil (BRASIL, 2009b), ocorreu um estímulo para que processos de avaliação institucional, com ênfase na autoavaliação, fossem desenvolvidos nas escolas de educação básica. Esse interesse pela avaliação institucional se revela no número de estudos que foram identificados com esse termo de busca (70 estudos para o termo exato e 73 para o termo com *AND*).

Alguns termos que foram utilizados nas buscas estão relacionados a temas emergentes acerca da avaliação educacional e estão se tornando foco de pesquisas mais recentemente, sendo o caso de *avaliação da educação infantil*, assim como a avaliação da atuação de atores específicos dos sistemas de ensino, no caso, a *avaliação de gestores escolares* e *avaliação de docentes*.

O total de estudos identificados com os termos de busca *avaliação da educação infantil* (25 estudos para o termo exato e 54 para o termo com *AND*) e *educação infantil e avaliação* (12 estudos para o termo exato e 55 para o termo com *AND*) é indicativo de que o tema vem atraindo o olhar de pesquisadores da área educacional, especialmente a partir da segunda década do século XXI, período em que se observa um crescente dessa produção. Segundo Rosemberg (2013, p. 46), o período que antecede a publicação de seu artigo não forneceu, de fato, uma grande produção sobre o tema, entretanto, para a autora, isso não significa ausência de mobilização de “gestores, pesquisadores(as) e ativistas da educação” em torno da avaliação da e na educação infantil, mas que a temática ainda não havia, naquele momento, adquirido *status* de “problema social”, de modo a integrar a agenda das políticas públicas educacionais. O aumento paulatino de produções, a partir de 2010, parece relacionar-se, justamente, com a entrada da avaliação da educação infantil na pauta das políticas educacionais, por meio de marcos legais que podem ter impulsionado esse debate, como a Emenda Constitucional n. 59/2009 (BRASIL 2009a), os documentos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (BRASIL, 2009b) e *Educação infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação* (BRASIL, 2012), ambos publicados pelo Ministério da Educação, a Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013 – que trata da obrigatoriedade do ensino para crianças e adolescentes dos quatro aos 17 anos de idade (BRASIL, 2013) – e a Lei n. 13.005, de 24 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014) que estabelece a avaliação da educação infantil como estratégia para universalizar a pré-escola e ampliar a oferta em creches.

A avaliação da atuação de segmentos específicos dos sistemas de ensino, no caso a avaliação de gestores escolares e de docentes, ainda é muito incipiente no Brasil. Além disso, sabe-se que tomar as atividades de profissionais específicos dos sistemas de ensino como foco da avaliação, principalmente docentes, é tema polêmico, controverso e marcado por resistências (AUGUSTO, 2012; CASSETTARI, 2014; RODRIGUES, 2012; SHIROMA; SCHNEIDER, 2013).

Utilizando os termos de busca *avaliação dos gestores escolares* e *avaliação do docente*, identificaram-se poucos trabalhos que se ocuparam desses termos. No caso de *avaliação do docente*, quando utilizado o *AND* na busca, evidenciou-se um maior número de estudos (166), muito provavelmente devido à articulação e aos usos que vêm sendo feitos dos resultados das avaliações externas em larga escala para o

pagamento de bônus ou premiação aos professores, pelo alcance de metas, como as do Ideb ou de índices criados pelos sistemas subnacionais. Portanto, a avaliação do docente pode estar muito mais relacionada aos usos dos resultados dessas avaliações, não representando, efetivamente, processos específicos para avaliação docente, vinculados ao ingresso, à carreira, ao desenvolvimento profissional.

Um termo que não trouxe publicações foi o que buscava identificar trabalhos cujo foco estivesse relacionado à avaliação e ao regime de colaboração. O uso desse termo de busca (*avaliação e regime de colaboração*) se deveu, justamente, à intensa articulação prevista na legislação brasileira, especificamente no PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), entre os sistemas de avaliação nacional e subnacionais, assim como a criação de um sistema nacional de avaliação mais complexo, articulado e que envolvesse diferentes dimensões avaliativas e indicadores educacionais. A ausência de estudos com tal termo de busca, seja como foco das pesquisas ou, ao menos, articulado a elas, pode ser indicativo da dificuldade que ainda persiste no Brasil, de criação de um sistema nacional de educação que teria, no regime de colaboração, um possível eixo de construção, assim como uma importante ferramenta de gestão educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a produção acadêmica sobre o tema da avaliação educacional se intensificou, especialmente, a partir da década de 1990, quando a temática adquire progressiva centralidade na formulação e implementação das políticas educacionais nas diferentes esferas governamentais, com a elaboração e/ou o uso de informações produzidas por avaliações externas em larga escala. Não obstante, temas como a avaliação da aprendizagem, a avaliação institucional, a avaliação de programas e projetos, entre outros, continuaram a ser investigados e explorados, em maior ou menor grau, em estudos e pesquisas da área educacional.

Diversos estudos se propuseram a mapear, caracterizar e analisar essa produção, ao longo das últimas três décadas, indicando um crescente interesse dos pesquisadores pelo campo da avaliação educacional, analisando e problematizando diferentes dimensões avaliativas e objetos.

O levantamento exposto neste artigo identificou produção circunscrita aos anos de 1997 a 2018, constante em periódicos acadêmicos classificados com Qualis A1, A2, B1 e B2 (Capes 2013-2016), tendo evidenciado um aumento de produção ao longo do período selecionado, o que pode significar o estabelecimento e/ou consolidação do campo da avaliação educacional. Quase todos os periódicos, nos diferentes Qualis, absorveram o debate sobre avaliação, situação que parece ser transversal às diversas revistas, com diferentes indicadores e conceitos. Existe uma estabilidade em periódicos Qualis B2, o que pode ser explorado em estudos posteriores.

Há predominância de produção, voltada para a temática da avaliação educacional, na revista EAE, mas é possível ver a multiplicação de polos de publicação sobre diferentes dimensões do campo.

A grande quantidade de artigos publicados sobre temas próprios do campo da avaliação educacional é nítida, com um crescente número a partir do ciclo 2005-2008, período no qual observam-se tanto a emergência de políticas federais, como a Prova Brasil e o Ideb, quanto o aumento e consolidação de iniciativas estaduais e o surgimento de iniciativas municipais de avaliação.

Na segunda década do século XXI esse crescimento se acentua, provavelmente, em função da implementação da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), em 2013, e, ainda, pela aprovação do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), que estabelece, na Meta 7, a necessidade de estimular a melhoria da qualidade da educação, de modo a atingir o Ideb 6,0 ou mais, nas diferentes etapas e modalidades de ensino, até 2022.

Utilizou-se um leque abrangente de termos de busca para a pesquisa de artigos, abarcando termos recorrentes na literatura do campo da avaliação educacional e aqueles suscitados pelos estudos que realizaram levantamentos anteriores a este texto, sendo que os termos *avaliação educacional*, *avaliação escolar* e *avaliação da aprendizagem* são os mais frequentes, ainda que genéricos, pois sob eles encontram-se trabalhos com detalhamentos e desdobramentos relativos à temática da avaliação educacional e suas dimensões. Nesse sentido, buscou-se, ao longo do artigo, evidenciar possíveis fatores associados a tais fenômenos, fundamentados em autores que tratam sobre o tema.

Se consideramos o número de artigos identificados por meio de termos correspondentes à avaliação externa em larga escala (avaliação de desempenho; avaliação de sistemas educacionais; avaliação em larga escala; avaliação externa; sistema de avaliação da educação; Prova Brasil; Sistema de Avaliação da Educação Básica; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; Exame Nacional do Ensino Médio), evidencia-se um número que ultrapassa o total de produções encontradas com os termos citados no parágrafo anterior, o que denota a relevância que essa dimensão adquiriu, ao longo do tempo, em nosso país, como já problematizado anteriormente.

Chama atenção o pequeno número de artigos com foco na avaliação de currículo. Ainda que as avaliações externas em larga escala, em grande medida, tomem por base o currículo escolar, especialmente no que tange às competências em língua portuguesa e matemática, estas não se propõem a avaliar o currículo, mas sim o desempenho dos estudantes em parte dele. Talvez, com a reforma curricular em curso, resultando na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em toda educação básica e, também, na mudança das diretrizes para a formação inicial dos professores (licenciaturas), dela decorrentes, haja aumento de estudos com foco na avaliação do currículo em si.

Outros termos de busca que trouxeram menor número de trabalhos, mas que vêm em um crescente de publicações, especialmente a partir de 2010, foram *avaliação da educação infantil* e *educação infantil e avaliação*. Defende-se que o aumento progressivo de publicações sobre o tema relaciona-se à inserção da avaliação da educação infantil na pauta da agenda das políticas públicas educacionais, com a aprovação de leis e publicação de documentos voltados para essa etapa educacional.

Os termos *avaliação dos gestores escolares* e *avaliação do docente* trouxeram poucos trabalhos, sendo que o segundo, quando utilizado o *AND* na busca, evidenciou um maior número de estudos, o que pode estar relacionado à articulação e aos usos dos resultados de avaliações externas em larga escala, mas que não se configuram, estritamente, como avaliação docente no que concerne ao ingresso, à carreira ou ao desenvolvimento profissional.

O termo *avaliação e regime de colaboração* trouxe o menor número de artigos do levantamento, sendo que tais produções só apareceram quando utilizado o *AND* na busca e não com o termo exato. Considera-se que a ausência de estudos com esse termo de busca relaciona-se à fragilidade do regime de colaboração brasileiro, que, mesmo tendo sido estabelecido por lei, está longe de se tornar realidade, implicando políticas sociais, entre elas a educação.

Por fim, assinala-se que a produção levantada e analisada neste artigo será alvo de análises qualitativas acuradas, de modo a evidenciar o debate teórico-metodológico em cada uma das dimensões da avaliação educacional, proposições e eventuais contribuições para o campo e para a área educacional em futuras publicações.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA *et al.* *Indicadores da qualidade na educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

ARCAS, Paulo Henrique; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; BRAVO, Maria Helena de Aguiar; CHAPPAZ, Raíssa de Oliveira. Avaliações externas estaduais no contexto do Saeb: problematizando objetivos e justificativas. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; SCAFF, Elisângela Alves da Silva (org.). *Regulação, avaliação e qualidade da educação: agendas e realidades locais*. Brasília, DF: Anpae, 2019. (Anais do XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação). p. 225-229.

AUGUSTO, Maria Helena. Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 695-709, jul./set. 2012.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; PINTO, Regina Pahim. *Avaliação da educação básica (1990-1998)*. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2001. (Série Estado do Conhecimento, n. 4).

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá *et al.* Avaliação na educação básica nos anos 90 segundo os periódicos acadêmicos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 49-88, nov. 2001.

BAUER, Adriana. Estudos sobre sistemas de avaliação educacional no Brasil: um retrato em preto e branco. *Revista @ambiente educação*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 7-31, jan./jun. 2012.

BAUER, Adriana; HORTA NETO, João Luiz (coord.). *Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros: mapeamento e caracterização das iniciativas em curso: relatório final: resultados do survey*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. v. 1.

BAUER, Adriana; REIS, Adriana. T. *Balanço da produção teórica sobre avaliação de sistemas educacionais no Brasil: 1988 a 2011*. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia, 2013.

BAUER, Adriana; SOUSA, Sandra Zákia; HORTA NETO, João Luiz; PIMENTA, Cláudia Oliveira. Iniciativas de avaliação do ensino fundamental em municípios brasileiros: mapeamento e tendências. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis: Anped, 2015. p. 1-18.

BOLDARINE, Rosária de Fátima; BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; ANNIBAL, Sérgio Fabiano. Tendências da produção de conhecimento em avaliação das aprendizagens no Brasil (2010-2014). *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 28, n. 67, p. 160-189, jan./abr. 2017.

BORGES, Regilson Maciel; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Avaliação educacional: o estado do conhecimento da revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* (1993-2008). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 42-56, jan./mar. 2011.

BORGES, Regilson Maciel; ROTHEN, José Carlos. Produção de conhecimento sobre avaliação educacional publicada no Brasil durante a década de 1980. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 412-433, jul. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 216, p. 8, 12 nov. 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. *Indicadores da qualidade na educação infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação*. Brasília, DF: MEC, out. 2012.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 12.796 de 4 de abril de 2013*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 120, p. 1-7, 26 jun. 2014.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A.; FALEIROS, Matheus. *A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados: relatório final*. Belo Horizonte: Game/UFMG; Fundação Victor Civita, 2011.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; BORGES, Regilson Maciel. Avaliação Educacional: uma abordagem à luz das revistas científicas brasileiras. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, v. 6, n. 1, p. 167-183, 2013.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; POLTRONIERI, Heloísa. Avaliação da aprendizagem na educação básica: as pesquisas do estado da arte em questão (1980-2007). *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 13, n. 40, p. 873-893, set./dez. 2013.

CANDAU, Vera Maria; OSWALD, Maria Luisa M. B. Avaliação no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 95, p. 25-36, nov. 1995.

CASSETTARI, Nathalia. Avaliação de professores: uma questão de escolhas. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 166-197, jan./abr. 2014.

CHAPPAZ, Raíssa de Oliveira. *A Prova São Paulo e as tensões das avaliações externas: diálogos com o currículo oficial da rede municipal de ensino de São Paulo*. 2015. 325 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHAPPAZ, Raíssa de Oliveira. Avaliações externas estaduais: a formulação de iniciativas próprias e casos na contramão da influência da política federal. In: CONGRESSO NACIONAL DE AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 3-5 dez., 2018, Bauru, SP. *Anais [...]*. Bauru, SP: Cecemca/Unesp, dez. 2018. (Da Educação Básica à Educação Superior: Avaliação, Formação de Professores e o Direito à Educação).

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FREITAS, Luiz Carlos; DE SORDI, Mara Regina Lemes; MALAVASI, Maria Márcia Sigríst; FREITAS, Helena Costa Lopez (org.). *Avaliação educacional: caminhando na contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HORTA NETO, João Luís; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. Do Saeb ao Sinaeb: prolongamentos críticos da avaliação da educação básica. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 29, n. 96, p. 21-37, maio/ago. 2016.

LOPES, Valéria Virgínia. *Cartografia da avaliação educacional no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LÜDKE, Menga. Um olhar crítico sobre o campo da avaliação escolar. In: FREITAS, Luiz Carlos (org.). *Avaliação: construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Insular, 2002. p. 89-98.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; ARCAS, Paulo Henrique. Sistemas estaduais de avaliação: interfaces com qualidade e gestão da educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, DF, v. 31, n. 3, p. 667-680, set./dez. 2015.

MALAVASI, Maria Márcia Sigríst; BERTAGNA, Regiane Helena; FREITAS, Luiz Carlos (org.). *Avaliação: desafio dos novos tempos*. Campinas, SP: Komedi, 2006.

MARTINS, Angela Maria; SOUSA, Sandra Zákia. A produção científica sobre avaliação educacional e gestão de sistemas e de escolas: o campo da questão entre 2000 e 2008. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 9-26, jan./mar. 2012.

- NEVO, David. Evaluation in education. In: SHAW, Ian F.; GREENE, Jennifer C.; MARK, Malvin M. (ed.). *Handbook of evaluation: policies, programs and practices*. London: Sage, 2006. p. 441-460.
- NEVO, David. Internal and external evaluation. In: PETERSON, Penelope L.; BAKER, Eva; MCGAW, Barry (ed.). *International encyclopedia of education*. Oxford: Elsevier, 2010. p. 781-785.
- OLIVEIRA, Antônio Angirlucio. *A política de avaliação externa na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro: implicações para práticas docentes*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- PERBONI, Fábio. *Avaliações externas e em larga escala nas redes de educação básica dos estados brasileiros*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP, 2016.
- POLTRONIERI, Heloísa; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Avaliação na educação básica: a revista *Estudos em Avaliação Educacional*. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 82-103, set./dez. 2012.
- RODRIGUES, Suely da Silva. Políticas de avaliação docente: tendências e estratégias. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 749-768, out./dez. 2012.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas de educação infantil e avaliação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 44-75, jan./abr. 2013.
- SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SHIROMA, Eneida; SCHNEIDER, Mara Cristina. Avaliação de desempenho docente: contradições da política “para poucos” na era “para todos”. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 38, n. 1, p. 89-107, jan./abr. 2013.
- SOUSA, Clarilza Prado de. Dimensões da avaliação educacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 22, p. 101-118, jul./dez. 2000.
- SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação da aprendizagem nas pesquisas no Brasil de 1930 a 1980. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 94, p. 43-49, ago. 1995.
- SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação da aprendizagem: análise de pesquisas produzidas no Brasil no período 1980 a 1990. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 111-144, jan./jun. 1996.
- SOUSA, Sandra Zákia. 40 anos de contribuição à avaliação educacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 7-36, jan./jun. 2005.
- SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010.
- SOUSA, Sandra Zákia; PIMENTA, Cláudia Oliveira; MACHADO, Cristiane. Avaliação e gestão municipal da educação. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 14-36, set./dez. 2012.

ULER, Arnilde Marta. *Avaliação da aprendizagem: um estudo sobre a produção acadêmica dos Programas de Pós-graduação em Educação (PUC-SP; USP; Unicamp) (2000-2007)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação educacional nos Cadernos de Pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 80, p. 100-105, fev. 1992.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Fundamentos de um programa de avaliação educacional*. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

NOTA: Como contribuição na elaboração deste artigo, Bravo realizou o levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos em oito periódicos, foi responsável pela organização geral do banco de dados e participou da construção do texto final; Chappaz realizou o levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos em dez periódicos, sobre o objeto em tela e de estudos com o mesmo escopo deste trabalho, além de sua sistematização; Serrao realizou o levantamento em dez periódicos e a construção da análise quantitativa; Arcas efetuou o levantamento em dez periódicos e a análise dos artigos por descritor; Alavarse fez o levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos em dez periódicos e participou da construção do texto final, com base na literatura; e Pimenta realizou o levantamento em dez periódicos e elaborou o texto final de análise. Ressalta-se que todos os autores estiveram envolvidos ativamente na elaboração do texto final.